O quilombo do Ambrósio
Lenda, Documentos e Arqueologia

Carlos Magno Guimarães*

(*) "É doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (1999). Graduado em História (1974), possui especialização em Arqueologia e mestrado em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (1983). Atualmente é professor associado da Universidade Federal de Minas Gerais. Desenvolve pesquisas na área de Arqueologia, com ênfase em Arqueologia Histórica, atuando principalmente nos seguintes temas: Minas Gerais, Século XVIII, campesinato, quilombos, mineração colonial. É coordenador do Laboratório de Arqueologia da Fafich/UFMG desde sua criação, em 1995 e também coordenador do Centro Especializado de Arqueologia Histórica do Museu de História Natural e Jardim Botânico da UFMG. Foi editor de Vestígios: Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica desde sua criação até setembro de 2014. (Texto informado pelo próprio autor, Carlos Magno Guimarães)[1]".

Trata-se, aqui, de uma crítica fundamentada do advogado e historiador Tarcísio José Martins[2] ao artigo de Carlos Magno publicado, sob o título supracitado, pela revista "Estudos Ibero-americanos" do Instituto de filosofia e ciências humanas da Pontifícia Universidade Católica - PUC do Rio Grande do Sul "In Anais I Simpósio Gaúcho Sobre a Escravidão Negra, v. 16 n. 1, 2 (dezembro de 1990)", recentemente pinçado e publicado separadamente, em PDF, pela própria PUCRS[3].

As glosas ao texto deste artigo, mantido em tipos "Times New Roman", serão feitas em tipos "Lucida Handwriting" permitindo, assim, uma melhor agilização da crítica, em benefício do rápido entendimento da discrepância ou erro apontado.

---

1 https://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do;jsessionid=A0C96E651CB5F93A8347B5E8F6EF02B8.buscatextual_0

2 https://tjmar.adv.br/reflexoes/politica/2-tarcisio-jose-martins

3 https://revistaseletronicas.pucrs.br/iberoamericana/article/view/36325/19082

O quilombo do Ambrósio
Lenda, Documentos e Arqueologia
Os erros de Carlos Magno Guimarães

Introdução

Primeiro e fatal erro do tal projeto de Magno: Uso de fonte comprovadamente inidônea, o conto de Joaquim do Carmo Gama publicado pela Revista do Arquivo Público Mineiro - APM no ano de 1904. Vide estudos publicados pelo site cultural do MG QUILOMBO[4] *provando os erros grosseiros, racismo expresso e desrespeito à História do Negro em Minas Gerais, bem como a má-fé com que o então presidente do Estado de Minas Gerais mandou publicar essa porcaria literária, como se lenda ou história fosse, na citada Revista do APM*[5].

Introduz-se, Carlos Magno, afirmando que "Importante vertente da historiografia contemporânea tem se caracterizado, dentre outros aspectos, pela recuperação e valorização de fontes desprezadas pelos historiadores tradicionais". *Esta assertiva de Carlos Magno, no caso do conto racista de Carmo Gama, é imprecisa, pois, não só uma vertente, mas a maioria de nossos "historiadores tradicionais", em razão do poder e credibilidade da Revista do APM, se utilizaram também desse lixo literário como se fosse uma fonte historiográfica*[6]. *Continuando, Carlos Magno assegura que* "Estas (*fontes*) têm permitido a reconstrução de aspectos da realidade mais próximos da vida cotidiana e a desmistificação da visão de mundo erigida a partir da documentação oficial, bem como um outro "olhar" sobre aqueles que aí aparecem de forma obliqua ou mesmo figurativa". *Afirmação ambígua, pois o conto de Carmo Gama, transforma o quilombo do Ambrósio numa fazenda escravista e o rei Ambrósio num bondoso e justo senhor de escravos*[7], *negando a realidade do que as fontes primárias e a verdadeira tradição provam terem sido os quilombos. Assim, sob tais premissas erradíssimas (auridas do*

---

4 https://www.mgquilombo.com.br/artigos/pesquisas-escolares/quilombolas-lenda-mineira-inedita/

5 https://www.mgquilombo.com.br/wp-content/uploads/Lenda_Mineira_Inedita_carmogama.pdf

6 Vide notas números 4 e 5 acima citadas.

7 Vide página 20, entre outras, do artigo "Estudos Críticos feitos pelo Pesquisador Tarcísio José Martins à Publicação" no texto acima indicado (nota número 4).

conto de Carmo Gama), Carlos Magno chega à alienada conclusão de que "Daí a importância da investigação baseada no "entrelaçamento" de dados obtidos através de fontes diversas, cujas possibilidades abrem caminho para a apreensão de aspectos de uma realidade social que, de outro modo, permaneceriam fora do alcance de uma pesquisa que se limitasse à análise documental".

Presunção não alcançada por "sua" arqueologia, sem fonte idônea, ainda mais sem conhecimento da história (em que se diz graduado) e da geografia, à luz da Lógica Formal (filosofia), ciências auxiliares da arqueologia, sem as quais , no caso, não há que se falar em uma ciência, mas em um embuste pseudo arqueológico. O embuste maior, no caso, foi a falsa conclusão - pois nem a falsa lenda registrou isso - de que o Quilombo do Ambrósio de 1746 teria sido este de Ibiá que, na verdade, foi o segundo, atacado somente em 1759, conforme o próprio Carlos Magno Guimarães, registrou às páginas 35, 42, 57, 58, 60, 68 e 81 de seu livro "A Negação da ordem Escravista" publicado pela Editora Ícone em 1988, antes, portanto, desse artigo publicado em 1990 pelo Instituto de filosofia e ciências humanas da Pontifícia Universidade Católica, da PUC do Rio Grande do Sul. O que insinua uma possível má-fé de Carlos Magno Guimarães é, também, o fato de que, neste artigo, ele nada citou sobre o documentado ataque comandado por Bartolomeu Bueno do Prado no ano de 1759 ao Quilombo do Ambrósio de Ibiá, citado, no entanto, em seu livro anterior.

Continuando, Carlos Magno registrou que "O "Projeto Quilombo do Ambrósio", inserido nesta perspectiva, tem como objetivo central a obtenção de dados que contribuam para a reconstituição histórica da dinâmica social interna daquela comunidade e de sua inserção na sociedade mineira escravista do século XVIII. Os dados são provenientes de três tipos de fontes: uma lenda escrita por Cramo *(Carmo)* Gama, em fins do século XIX e Publicada em 1904". *Aceitar o conto chinfrim e racista de Carmo Gama como se fosse uma lenda e como premissa maior de um trabalho arqueológico, atesta, sem dúvida a sofismática intenção de Carlos Magno Guimarães. Mas é isso mesmo*

que ele propaga e impõe, querendo que uma ficção cuja definição, em termos gerais, refere-se a histórias ou narrativas criadas pela imaginação, que não se baseiam verdadeiramente em fatos reais ou eventos históricos, uma forma de expressão artística que explora mundos imaginários, personagens e eventos inventados, distanciando-se do que é considerado real[8]*, afora a evidenciada má-fé com que foi publicada pela Revista do APM, seja sinônimo de história, ou historiografia, fonte de informação para esse tipo específico de arqueologia a que se propôs. Mas é isso mesmo que Carlos Magno Guimarães afirma:* "Os dados nela (*na tal lenda*) contidos permitem reflexões diversas que vão da organização e dinâmica da sociedade quilombola à visão que o autor tem dos quilombos, do escravismo, dos africanos, dentre outros aspectos:.

Em coautoria com Ana F.M. Santos, Betania D. Gonçalves e Liliana de M. Porto.

Estudos Ibero-Americanos, XVI (1,2) - 1990 - pag. 162 da Revista

- dados arqueológicos obtidos a partir de escavação sistemática na área onde se localizou o principal núcleo do quilombo, apresentando possibilidades diversas, tais como: reconstituição do regime alimentar dos quilombolas, técnicas de construção de moradias, filiações culturais a partir da decoração da cerâmica, etc".

A afirmação de que se trata de "área onde se localizou o principal núcleo do quilombo" *é desinformada e, também por isso, leviana, pois a cartografia da região mostra que esse histórico quilombo de Ibiá abrangeu um espaço muito maior*[9] *e que a ferradura apontada pelo mentiroso contumaz, Inácio Correia Pamplona, em 1769*[10] *representa menos de um décimo de todo o sítio, como também comprova o Livro de Registro de Terras de*

---

8 In https://pt.wikipedia.org/wiki/Fic%C3%A7%C3%A3o

9 In https://www.mgquilombo.com.br/imagens-quilombolas/o-ambrosio-1759-do-capitao-antonio-francisco-franca-1760/

10 In https://www.mgquilombo.com.br/artigos/pesquisas-escolares/inacio-correia-pamplona/

Araxá, em 1855[11]*. Mais leviana, ainda, é a afirmação de que essa Ferradura seria o quilombo do Ambrósio atacado no ano de 1746, já que o conto de Carmo Gama sequer insinuou isso. O único documento que traz tal informação falsa é a famigerada "Carta da Câmara da Vila de Tamanduá à Rainha - 1793" - não citada por Magno neste artigo - também emanada de Inácio Correia Pamplona e também publicada pela Revista do APM no ano de 1897, um documento 100% ideologicamente falso, como provamos em nosso livro "Roubando a História e Matando a Tradição"*[12]*. Continuando, Magno informa que:*

"Pretende-se, neste texto, apresentar algumas das potencialidades contidas nestes tipos de fontes". *Ora, a única força ou potencial de se usar um conto ficcional racista como premissa historiográfico-arqueológica só pode ser a intenção de destruir a verdadeira história do Rei Ambrósio e sua confederação quilombola, em benefício de uma duvidosa arqueologia de encomenda.*

E parece ter sido mesmo de encomenda, conforme o próprio autor Carlos Magno registrou abaixo:

"Queremos deixar aqui nossos agradecimentos a todos que tem contribuído para o desenvolvimento do projeto, em particular à:

- Fundação Ford - Centro de Estudos Afro Asiáticos:
- Universidade Federal de Minas Gerais:
• Museu de História Natural;
• Pró-Reitoria de Pesquisa;
Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais - FAPEMIG;
- Prefeitura Municipal de Ibiá".

Além dos patrocinadores acima, há claros indícios de que também o esfomeado fomento ao turismo da cidade de Araxá

---

11 In https://www.mgquilombo.com.br/artigos/bens-quilombolas-materias-e-imateriais/quilombo-do-ambrosio-1759-campos-altos-e-ibia-mg/

12 Vide https://www.mgquilombo.com.br/noticias-quilombolas/selo-luis-gama-de-publicacao-cevenb-da-oab-mg-indica/ e https://www.mgquilombo.com.br/loja/roubando-historia-matando-tradicao-carta-da-camara-de-tamandua-rainha-1793/

àquela época[13], *igualmente, deve ter contribuído*[14]*para a "arqueologia" de Carlos Magno que culminaria com o tombamento errado da Ferradura de Pamplona, como se ali fosse o Primeiro Quilombo do Ambrósio Atacado em 1746, afora outras grosseiras e danosas mentiras*[15].

A lenda

Carlos Magno, autentica o falso título do conto ficcional de Carmo Gama admitindo, assim, tratar-se, a História do Quilombo do Ambrósio, de uma lenda. Ignorância inexplicável, mormente para quem possui títulos de doutor pela UFMG.

Diz que a "A utilização das fontes referidas não se faz sem problemas. Deste ponto de vista, o estudo da lenda é o que se apresenta mais complexo e problemático, pelo seu caráter - e assim não poderia deixar de ser - pouco objetivo". *A palavra lenda com inicial minúscula indica que não está se referindo, agora, ao título do conto, mas a sua natureza, no que revela o seu despreparo ou má intenção. Sua assertiva seguinte, confirma a intenção:* "Isto, contudo, não diminuiu sua importância, pois, como afirma Carlo Ginzburg, "o fato de uma fonte não ser `objetiva [...] não significa que seja inutilizável[1]". *Realmente, este autor se referiu a lenda mesmo, e não a um conto ficcional, como o de Carmo Gama. Sabedor disso, Carlos Magno tenta enfiar a martelo a sua proposição, justificando o abuso e desrespeito do contista Carmo Gama contra a HISTÓRIA do Rei Ambrósio:* "Desta forma, uma das tarefas propostas foi a identificação, ao lado de aspectos imaginários, dos elementos que possuem, parecem ou podem possuir uma base real". *Não é real transformar o herói Rei Ambrósio em um senhor de escravos e seu quilombo numa fazenda escravista, assim como não é real transformar esse ícone da história do negro em Minas Gerais, num covarde, cagão e*

---

13 Escola de samba - RJ, em 1999: https://www.youtube.com/watch?v=1dkoogElH4w

14 Livro "O Tesouro do Quilombo" - https://www.mgquilombo.com.br/artigos/pesquisas-escolares/o-tesouro-do-quilombo-critica-literaria/

15 Vide https://mgquilombo.com.br/wp-content/uploads/2011/11/c_glosas_sobre_o_processo0.pdf

assassino de seu próprio povo, sob a alegação racista de que isso se deveu ao fato de ser um negro africano e não um branco europeu[16]*. A justificativa de Carlos Magno ao conto racista, de que* "Esta operação, a princípio simples, pois algumas das informações contidas na lenda são claramente fictícias, torna-se complexa na medida em que o próprio autor afirma não ser a narrativa "simples produto de imaginação romanesca", estando baseada em manuscrito produzido por um aluno de um ex-padre que, por sua vez, teria participado da formação do quilombo". *Ora, seria aceitável - para Carmo Gama e para Carlos Magno Guimarães - um conto que transformasse o herói branco, Tiradentes, num covarde, traidor dos brasileiros e puxa-saco do rei de Portugal e seus administradores coloniais?. A resposta negativa, neste caso, mostra ao racista que ele é racista e, a resposta positiva, que é demagogo. Conto ficcional não é lenda e nem fonte historiográfica. Ou seja, a proposição de Magno é absurda. A justificativa de Magno de que* "E embora a existência deste manuscrito seja duvidosa, nota-se que Carmo Gama dispõe de informações que impressionam pela exatidão", *quanto ao tal manuscrito, ele não é de existência duvidosa, mas sim ficcional, falsa, recurso muito utilizado por escritores dessa época, assim como a palavra lenda, utilizada até mesmo por um historiador, Diogo de Vasconcelos, quando inventou o tal Chico Rei em uma grande nota de rodapé de seu livro "História Antiga de Minas", também publicado no mesmo ano de 1904*[17]*". Contradiz-se Carlos Magno ao afirmar a exatidão da tal "lenda", sob a alegação de que* "Um exemplo *(disto)* é a descrição precisa que faz da localização do quilombo". *Como pôde um doutor pela UFMG validar tal desinformação?*

---

16 Vide pp. 12 a 15 de "Estudos Críticos feitos pelo Pesquisador Tarcísio José Martins à Publicação" in https://www.mgquilombo.com.br/wp-content/uploads/Lenda_Mineira_Inedita_carmogama.pdf

17 Vide https://www.mgquilombo.com.br/artigos/pesquisas-escolares/chico-rei-nem-historia-e-nem-lenda-e-so-uma-nota-de-rodape/

Os erros de Carlos Magno Guimarães

Fingindo Ignorar[18] *a verdadeira História desse Quilombo, Carlos Magno, aqui, passou para a história que não sabia que essa Ferradura do Ambrósio foi indicada por Inácio Correia Pamplona em 1769 e, depois, indicada também pelo historiador Álvaro da Silveira em seu livro "Narrativas e Memórias", BH, 1924. Nota zero de Geografia, a esse doutor que não considerou a cartografia onde os mapas antigos mostram vários outros lugares com a mesma toponímia de "quilombo" na região de Ibiá*[19]*; nota abaixo de zero para o graduado em História pela USP e UFMG que não pesquisou o livro de Registro de Terras de Araxá, cidade à qual pertenceu a cidade de Ibiá, onde se comprova que a Ferradura de Pamplona seria menos de um décimo de todo esse sítio do Quilombo do Ambrósio*[20]*. Portanto, inculta e pretenciosa foi a afirmação de Carlos Magno ao qualificar de* "descrição precisa que faz da localização" *desse Quilombo do Ambrósio de 1746, o autor desse conto, o que prova que Historiografia e Arqueologia não se faz com títulos de doutor pendurados no pescoço, mas com pesquisa, trabalho sério e um imparcial processo de ideação descomprometido com patrocínios.*

Evidente que Carlos Magno sabia da inidoneidade desse conto ficcional racista, pois tenta justificar esse fato:

"Mas a lenda pode ser analisada, também, como a expressão de uma visão de mundo que diz respeito ao autor e sua época. Neste sentido é de

O quilombo do Ambrósio - pag. 163 da Revista

percepção imediata a tentativa de "escamotear", ou pelo menos diluir, no texto, as contradições expressas por um quilombo diante de uma sociedade escravista. Segundo o autor, o quilombo teria sido fundado por padres jesuítas durante sua fuga pelos sertões de Minas - o que é inverídico, já que a expulsão da Companhia de Jesus (1759) é posterior à destruição do

---

18 Vide seu livro "A Negação da ordem escravista", pp. 35, 42, 57, 58, 60, 68, 81 etc.

19 Vide https://www.mgquilombo.com.br/imagens-quilombolas/o-ambrosio-1759-do-capitao-antonio-francisco-franca-1760/

20 Vide https://www.mgquilombo.com.br/artigos/bens-quilombolas-materias-e-imateriais/quilombo-do-ambrosio-1759-campos-altos-e-ibia-mg/

quilombo". *Pior que isso, foi Joaquim do Carmo Gama inventar que Ambrósio seria africano, escravo e que fora comprado no cais do Valongo, que só começou a existir como tal no ano de 1811, erro estúpido que a ignorância ou má-fé de Carlos Magno, ao que parece, validou e emendou com as mentiras de que esse Ambrósio de Ibiá seria aquele da guerra de 1746 e que o Rei Ambrósio teria morrido nessa guerra*[21] *e nesse quilombo*[22].

Apesar de admitir que "Ao ligar o surgimento do quilombo à expulsão dos jesuítas, Carmo Gama introduz um elemento que, primeiro, esvazia a noção de quilombo e, segundo, acaba por retirar dos quilombolas o papel de sujeitos de uma ação que nega frontalmente o sistema escravista", *mas mesmo assim, Magno quis ter esse conto como sua premissa maior a subsumir as fontes primárias, sua premissa menor.*

Defende que "Ainda com relação a esta visão de mundo, é exemplar a descrição que faz o autor da organização interna do quilombo". *Exemplar? serviria ou poderia servir de exemplo, de modelo, de quê e de quem? O Quilombo de Carmo Gama, não era quilombo, mas uma fazenda escravista comum. O Ambrósio de Carmo Gama não era um quilombola, mas um senhor de escravos. Absurdos a que, como se vê, Carlos Magno não deu importância. Salientou apenas que* "Este *(quilombo de Carmo Gama)* funcionaria de forma totalmente harmônica, na completa observância de leis justas - que determinavam a divisão dos habitantes em classes, "conforme as qualidades de que eram dotados" - e sob a liderança de um chefe nobre e sábio – Ambrósio - descendente de uma família real africana". *Como se vê, Magno aceitou que a ficção de Carmo Gama transformasse o personagem real, rei Ambrósio, num senhor de escravos africano, quando o próprio nome de seu primeiro arraial foi Primeira Povoação do Ambrósio*[23] *e seu próprio nome, sem*

---

21 Vide https://www.mgquilombo.com.br/artigos/bens-quilombolas-materias-e-imateriais/o-ambrosio-de-ibia-so-foi-atacado-em-1759/

22 Vide https://www.mgquilombo.com.br/artigos/bens-quilombolas-materias-e-imateriais/dia-da-dignidade-negra-mineira/

23 Vide https://www.mgquilombo.com.br/mapa-da-confederacao-quilombola-do-campo-grande/

sobrenomes, indica que fosse brasileiro[24]*. Ao contrário da demonização que a correspondência do governador Gomes Freire de Andrade*[25]*fazia dos quilombos ambrosianos, o conto de Carmo Gama cria a premissa de que, na "fazenda escravista" do "seu" rei Ambrósio* "As relações do grupo com a sociedade se processavam da mesma forma: era proibido aos quilombolas o exercício do saque e do roubo, bem como a incorporação de escravos que não tivessem sido comprados".

Prosseguindo em sua análise ao conto de Carmo Gama, Carlos Magno interpõe que: "Mas, ao postular uma tal situação de harmonia, é inevitável que Carmo Gama acabe por fazer afirmações contraditórias ao longo do texto. Assim, apesar da dita proibição, e da obediência incontinenti ao chefe, "descobre-se" posteriormente que os integrantes das expedições comerciais

"não só roubavam pelo caminho, como se juntavam a outros quilombolas, para furtos, depredações, correrias outros atos reprovados e proibidos pelas leis ambrosianas,[2]

Além de "furtarem" e "desencaminharem" escravos*", validando, assim, a demonização com que o governador Gomes Freire quis justificar o genocídio que praticou contra quilombolas e supostos quilombolas no período de 1741 a 1760. Claro, só os pretos do conto de Carmo Gama praticavam tais crimes, apesar dos chefes de tais expedições e braços direito do "seu" Ambrósio serem apenas índios e mamelucos, livres, que não foram escravos.*

Os pretos quilombolas de Carmo Gama, afora o seu Ambrósio "jesuitizado" (por enquanto), eram todos negros africanos e, por isso, imorais, aéticos e criminosos, inferiores a brancos e índios: "É o que reflete, também, na descrição dos membros que teriam composto inicialmente o grupo, vistos primeiro como heróis, depois como criminosos:

"nas lutas travadas (por ocasião da expulsão dos jesuítas) muitos dos escravos apenados dos jesuítas tinham embebido no sangue humano o ferro homicida de

---

24 *Vide pp. 16-17 desse texto do mgquilombo: https://www.mgquilombo.com.br/wp-content/uploads/2024/05/Quilombos-do-Rei-Ambrosio-A-Historia-de-Minas-Roubada-do-Povo-artigo.pdf*

25 *Vide https://www.mgquilombo.com.br/artigos/comunidades-quilombolas/gomes-freire-de-andrade-1o-conde-de-bobadela-o-outro-lado-de-gomes-freire/*

Estudos Ibero-Americanos, XVI(1,2) – 1990 - pag. 164 da Revista

suas espadas, a curva de seus alfanges ou cuspido a morte pelas balas esfuziantes de seus bacamartes. Criminosos estes, não era prudente que os homens da paz os conservassem em seu rebanho [...]. Resolveram, portanto, os chefes, deixar no `Misericórdia' todos os criminosos e mais o pessoal indispensável, sob o mando absoluto de Ambrósio[3]". *Com a expressão "os chefes", aqui também, Carmo Gama se refere aos Jesuítas; chefes de quem? Claro chefes do "seu rei Ambrósio".*

Prosseguindo em sua análise ao conto de Carmo Gama, Carlos Magno enfatiza que "Há ainda, outros aspectos a ressaltar. Carmo Gama, através da narrativa, traça um retrato idealizado da formação do "povo brasileiro", amálgama de três raças e culturas: portugueses, presentes através dos jesuítas; índios, cujas relações com o quilombo eram mais que amistosas, contando Ambrósio com elementos indígenas entre seus generais e pessoal de confiança; e, por fim, os africanos". *A presença de jesuítas era proibida nas Minas Gerais Setecentistas. Nenhum documento fidedigno descreve índios juntos ou amigos desses quilombolas; índios somente são mencionados na guerra de 1759, compondo uma pequena esquadra de "50 soldados índios chamados bororos ", convocados para lutar contra os quilombolas pelo comandante de então, o paulista Bartolomeu Bueno do Prado. Os falsos índios ambrosianos inventados por Carmo Gama são todos subchefes nomeados por "seu Ambrósio" na administração e comando de "seu quilombo". Como se vê, o doutor Carlos Magno Guimarães nada objetou sobre mais essas falsidades contidas na falsa lenda inventada por Carmo Gama. Tanto que entendeu que* "É, aliás, pela incorporação destes últimos que o autor distancia-se - apesar da proximidade - do romantismo do final do século XIX, cujo representante maior foi, sem dúvida, José de Alencar. Tendo sido a narrativa construída apenas alguns anos após a Abolição, o elemento negro não poderia, aí, deixar de ocupar lugar de destaque". *Nada disso. Quem ocupa lugar de destaque nesse conto de Carmo Gama são, primeiro os "chefes", ou sejam, os jesuítas; na sequência vêm os subchefes, ou sejam, os índios, subcomandantes e braços direitos do "seu" rei Ambrósio; os negros homens não ocupam qualquer lugar de destaque nem mesmo no quilombo de Carmo Gama,*

exceto o "seu" Ambrósio - por enquanto - isto, enquanto subordinado e orientado pelos jesuítas.

*Carlos Magno Guimarães achou correta essa inversão dos verdadeiros valores quilombolas e o racismo, por enquanto apenas implícito, de Carmo Gama: "*Contudo, apesar de se notar uma recuperação da imagem do negro e do índio, vê-se também, particularmente no que tange ao primeiro, que esta é feita de forma apenas parcial: toda a herança africana "depurada" pelo elemento português. É o que se percebe, por exemplo, através da descrição de algumas das personagens principais, a começar por Ambrósio:

"O escravo que era muito jovem, fez-se homem purificado de muitos vícios de sua nação e ilustrado o quanto possível, para o realce dos dotes que possuía ingênitos, ressaltando entre todos, o tino administrativo, a intrepidez, e mais que todos, a gratidão para com seus benfeitores"[4].

O que se demonstra também na descrição de Cândida, mulher de Ambrósio, que,

"comprada pelo mesmo padre, no Vallongo *(Que começou a funcionar depois de 1811!?)*, igualmente inteligente, talvez mais que Ambrósio, mostrou aptidão para a aprendizagem e da boçal africana fez se uma rapariga educada o quanto possível para sua época e

O quilombo do Ambrósio - pag. 165 da Revista

condição, mostrando até decidido pendor para as letras, para mais uma vez provar que a bela planta não depende tanto, em certos casos da natureza do solo, como dos cuidados do horticultor[5]". *Ou seja, sem os jesuítas, esses "quilombolas", por serem negros e africanos, não eram nada. Até a sua mulher, o tal Ambrósio ganhara de mãos beijados dos "chefes" Jesuítas.*

*Assim, sobre essa falsa lenda, desfechou Carlos Magno Guimarães, dizendo que "*Concluindo esta parte, é possível afirmar que, apesar de problemático, o estudo deste relato tem possibilitado o levantamento de questões importantes, como a prática da religião católica entre os quilombolas e as relações entre estes e as tribos indígenas da região". *Como se vê aqui escrito, Magno considerou como importantes a prática da religião católica pelos "seus" quilombolas e a relação amigável destes com os índios da região. Duplo erro: Os portugueses e a Igreja desembarcaram e catequisaram Congo, Angola e Moçambique muito antes de terem invadido o Brasil;*

nenhum documento menciona índios como amigos dos quilombolas, mas sim como inimigos a serviço dos atacantes. Assim, sem História, sem Geografia e sem rumo, conclui o doutor Carlos Magno Guimarães: "E, sem dúvida, apesar do caráter ficcional de grande parte das informações, certamente a narrativa deverá fornecer indícios importantes, seja para o esclarecimento destas questões, seja para orientar trabalho documental através de nomes, datas e lugares - e arqueológico - descrição das atividades agrícolas, de técnicas e instrumentos, etc.". *Assim, utilizando-se do conto de Carmo Gama (*para orientar trabalho documental através de nomes, datas e lugares - e arqueológico - descrição das atividades agrícolas, de técnicas e instrumentos*), Carlos Magno admite que será a sua premissa maior a subsumir as informações documentais, quanto a: 1) (*nomes*) - ora, nenhum dos nomes utilizados nesse conto, exceto o de Ambrósio, existe, ou existiu de fato na tradição ou na documentação fidedigna sobre esse quilombo; 2) (*datas*) - Nenhuma frase ou palavra desse conto sequer insinua a localização exata desse quilombo de Ibiá e, muito menos, que ele teria sido atacado no ano de 1746, invenção que Carlos Magno Guimarães tenta impor apenas com o seu crachá de doutor pregado na testa; 3) (*lugares*) - Carmo Gama registra apenas que este "seu" quilombo se situava na "região de Araxá", sem nada precisar e sem citar o sítio da Ferradura indicada apenas por Inácio Correia Pamplona em seu relatório de 1769*[26] *e sem mencionar as verdadeiras fontes, quais sejam os mapas desses municípios*[27]*, o livro de Registro de Terras de Araxá*[28] *ou o Mapa de Todo o Campo Grande desenhado pelo capitão Antônio Francisco França nos anos de 1760 e 1763*[29]*. Também é sem qualquer fundamento a alegação de que esse conto racista de Carmo Gama pudesse servir para esclarecer a*

---

26 Vide https://www.mgquilombo.com.br/imagens-quilombolas/ilustracoes-da-viagem-de-pamplona-1769/

27 Vide https://www.mgquilombo.com.br/imagens-quilombolas/o-ambrosio-1759-do-capitao-antonio-francisco-franca-1760/

28 Vide https://www.mgquilombo.com.br/artigos/bens-quilombolas-materias-e-imateriais/quilombo-do-ambrosio-1759-campos-altos-e-ibia-mg/

29 Vide https://www.mgquilombo.com.br/mapa-da-confederacao-quilombola-do-campo-grande/

"descrição das atividades agrícolas, de técnicas e instrumentos" *encontrados pela "arqueologia" de Carlos Magno no sítio da "sua" ferradura.*

III - Os documentos

Aqui, Carlos magno estabeleceu preambularmente que "O segundo nível no qual se desenvolve o estudo do Quilombo do Ambrósio trabalha com dados provenientes de documentos oficiais, produzidos pelas autoridades coloniais e referentes à organização e envolvimento da campanha repressiva contra o quilombo[6]". *Evidente que colocada em* "segundo nível" *a documentação oficial, tendo como primeiro nível o conto de Joaquim do Carmo Gama, Magno revela as premissas maior e menor dos paralogismos que quis inculcar, sempre com o objetivo de legitimar o seu sofisma de que o Ambrósio atacado em 1746 fosse este do sítio de Ibiá.*

Como se verá, tendo como premissa maior o conto chinfrim e racista de Carmo Gama, Carlos Magno Guimarães subsumiu a ele as partes que lhe interessou da documentação primária, tirando conclusões absurdas, pois frutos de uma paralogia pueril, raiando ao sofisma por sua presumida má-fé, por ser ele um doutor pela UFMG. Vejamos seu modus operandi:

"Na documentação pesquisada predominam as cartas trocadas, entre si, por diversas autoridades, como o Rei e o Conselho Ultramarino; Governador, o Ouvidor e as Câmaras da Capitania de Minas Gerais; os militares e civis participantes da tropa repressora, etc". *Carlos Magno generalizou, fingindo não se aperceber de que o principal emissor de quase toda essa correspondência é o governador Gomes Freire de Andrade na repressão aos inadimplentes do imposto da Capitação[30], em cuja legislação ele equiparou a quilombolas. Generaliza para não entrar nos detalhes que denunciariam sua má-fé:* "Além desta correspondência, merecem citação os bandos - legislação de caráter circunstancial e às vezes local, criada pelo governador para a solução de problemas imediatos". *O principal desses problemas,*

---

30 Vide https://www.mgquilombo.com.br/artigos/pesquisas-escolares/quintos-por-capitacao-o-imposto-escondido-pela-historiografia/

omitido por Carlos Magno, foi a fuga em massa da população pobre das vilas oficiais, principalmente dos pretos livres e forros, fugindo da Capitação semestral[31] que incidia sobre todos eles, sob penas terríveis. Ressalva Carlos Magno, dizendo que "Não é o objetivo deste texto apresentar resultados conclusivos, mas a potencialidade dos documentos". Esses documentos, se vistos à luz de outros emanados dos arquivos de São João del-Rei e do Conselho Ultramarino, estes últimos documentados no Códice Costa Matoso, revelam, isto sim, a violência do imposto da Capitação que transformou seus inadimplentes, inclusive brancos pobres, em quilombolas[32]. Evidente que não interessava a Carlos Magno, nessa sua arqueologia de encomenda, revelar essa concausa imediata do noticiado aumento da população Quilombola no período de 1741 a 1746.

Tentando se justificar, ele registrou que "A pesquisa documental, embora avançada, não se encontra concluída". Mas, deixou de citar aqui todos os documentos da guerra de 1759, esta sim referente ao sítio de Ibiá - que citou apenas em seu micro livro - porque, aqui, seu interesse sub-reptício foi criar paralogismos descabidos para dizer que o sítio quilombola atacado em 1746, como prometeu em sua arqueologia de encomenda, fora o de Ibiá, ferradura de Pamplona que resolveu calçar.

Assim, inicia o seu paralogismo geográfico e cronológico, dizendo que: "Os dados extraídos destes documentos, embora apresentem certa diversificação, dizem respeito, principalmente, às medidas tomadas pelas autoridades coloniais com o objetivo de destruir, dentre outros, o Quilombo do Ambrósio". Outros documentos omitidos por Carlos Magno revelam que durante os anos de 1741 a 1743, Gomes Freire, desesperado com o esvaziamento das vilas oficiais e com a queda da arrecadação também dos demais tributos,

---

31 Vide Quilombo do Campo Grande: A História de Minas que se devolve ao povo", pp. 323-327.

32 Vide Quilombo do Campo Grande: A História de Minas que se devolve ao povo", pp. 331-350.

mandou atacar vários povoados desses inadimplentes fugitivos da Capitação, alegando que eram quilombos[33].

Parafraseando o título de seu micro livro, "A Negação da ordem escravista", Carlos Magno registrou aqui que "A primeira informação importante que os documentos permitem é a constatação do quilombo enquanto ameaça objetiva à ordem social escravista". *Nada disso. Tendo a sua ordem tributária ameaçada, Gomes Freire de Andrade, para esconder do rei o desastre que fora a implantação do sistema tributário da Capitação, passou a atacar os inadimplentes como se quilombolas fossem e, seus novos arraiais ou ajuntamentos, como se quilombos fossem. Carlos Magno desconsiderou, também, que o nome desse primeiro "quilombo" do Ambrósio era, na verdade, Primeira POVOAÇÃO do Ambrósio*[34], *o que nega, nesta fase, a sua natureza quilombola.*

Estudos Ibero-Americanos, XVI(1,2) - 1990 - pag. 166 da Revista

Magno começa aqui a falsa interpretação documental: "Em 1º de junho de 1746, Gomes Freire de Andrade, governador das Minas Gerais, escreveu a Antônio João de Oliveira comunicando que o havia escolhido para "Capitão, Governador e Comandante das tropas expedidas ao Campo Grande[7]" devido

"à grande consternação em que os negros aquilombados no Campo Grande tem postas estas duas comarcas e o grande número que novamente concorre para os mesmos quilombos (...) e eu certo do seu grande valor, zelo no serviço de S. Magestade e do conhecimento e experiência que tem em fazer a guerra a estes bárbaros matadores adquirida nos antecedentes anos à custa de sua fazenda[8]". *Gomes Freire, de Vila Rica, Comarca de mesmo nome, escreveu ao capitão Oliveira que estava em São João del-Rei, Comarca do Rio das Mortes. Portanto, a consternação que os quilombolas* "têm postas estas duas comarcas", *nada tem a ver com a Comarca dos Goiases e seu Triângulo, então pertencente à Capitania de São Paulo. Inimigo da Geografia e da cartografia, Carlos Magno omitiu grande parte desse documento, destacando-se a indicação de que* "*que todos estes destacamentos estivessem no dia nove de julho no sítio dos Curtumes, adiante da*

---

33 *Vide Quilombo do Campo Grande: A História de Minas que se devolve ao povo", pp. 414-454.*

34 *Vide https://www.mgquilombo.com.br/mapa-da-confederacao-quilombola-do-campo-grande/*

Ponte Alta", de onde sairiam às tropas para atacar os quilombos do Campo Grande de então.

Propositadamente, Carlos Magno omite toda a preparação, partida, rumo e distância que as tropas deveriam percorrer para atacar os Quilombos desse Campo Grande, e dá um grande pulo no tempo, ou seja, "Mais de dois meses depois, em 8 de agosto de 1746, Gomes Freire de Andrade escrevia (do Rio de Janeiro) ao Rei de Portugal que,

"para conservar-se a Comarca, era indispensável castigo na destruição de um tão prejudicial inimigo (...) [que determinando-se aparecer o fazem com a indolência (o correto é insolência) de queimar as vivendas, matarem os senhores delas, forçarem as familias e levarem os escravos [...] e estando já parte da comarca não só em consternação mas precisada a despejar-se [...] (e) ia aumentando todos os dias o dano e era tanto o número de negros que diariamente se agregavam ao dito quilombo que despresada (sic) a faísca havia de atear-se um grande incêndio[9]".

Qual comarca? Carlos Magno, sem dúvida de má-fé, omitiu a parte inicial desse documento que diz: "*Mais há de vinte anos que, em distância da Comarca de São João del-Rei para a parte chamada de Campo Grande, entre a dita comarca*[35]*e a de Goiás, principiou a formar-se um troço de negros a que vulgarmente chamam quilombo*". Evidente que a expressão "*entre a dita comarca e a de Goiás*", indicando onde ficava o Campo Grande de então, aponta uma região entre a "*Comarca de São João del-Rei*" e a comarca paulista de Goiás, incluindo nesta, pois, o Triângulo, então goiano, que só passaria a ser mineiro no ano de 1815. De resto, Magno deixou de registrar outras importantes partes do texto desse documento de 8 de agosto de 1746.

Inimigo da cronologia, Carlos Magno retroage novamente a um mês atrás, quando Gomes Freire ainda estava na Capitania das Minas, e fala de "Um segundo tipo de informação que pode ser extraído dos documentos refere-se à organização da expedição repressiva contra os vários quilombos existentes no Campo Grande,

Em 1° de julho de 1746, Gomes Freire de Andrade, em bando que visava regulamentar a organização da tropa que seria enviada ao Campo Grande, determinava que

---

35 Cujo limite mais avançado em 1744 passou a ser a Vila do Tamanduá, hoje, Itapecerica.

"dando as Câmaras desta capitania, como fizeram para a subsistência do corpo que mando atacar os ditos quilombos, fosse esse formado de 300 a.400 homens tidos *(o correto é tirados)* das Comarcas de São João del Rei e Vila Rica[10]".

Magno deixou de citar a parte deste documento informando que esse ajuntamento de "negros há tantos anos aquilombados no Campo Grande, trará ruína irremediável a esta Capitania[36]", evidentemente para esconder o fato óbvio de que os quilombos ficavam na Capitania das Minas Gerais e não nos Goiases (que era uma comarca da Capitania de São Paulo), onde se situou o Triângulo até o ano de 1815. Omitiu também, mais uma vez que as tropas deveriam ser formadas "no Sítio dos Curtumes, adiante da Ponte Alta".

O quilombo do Ambrósio - pag. 167 da Revista

Desprezando a cronologia dos fatos, Carlos Magno, omitindo o rumo e a distância que seria percorrida pelas tropas, registra que "No mês seguinte, em 8 de agosto, Gomes Freire *(então, do Rio de Janeiro)* em documento já referido anteriormente[11]prestava contas à Coroa das medidas que vinha tomando com relação ao problema, pois,

"estando já parte da comarca não só em consternação mas precisada a despejar-se, resolvi castigar esta coleção de bárbaros e com os ouvidores de Villa Rica, Sabará e São João ajustei depois de ouvidos os homens mais capazes e inteligentes, formar um corpo de 400 homens e dando-lhes munições de guerra e de boca os mandei com cabos inteligentes destruir não só este maior quilombo mas outros menores que se sabe conservarem em diferentes partes[12]". *Qual Comarca estava consternada pelos quilombolas? Evidente que se tratava da Comarca do Rio das Mortes e não o Triângulo que, então, pertencia à Comarca paulista dos Goiases.*

Ainda sem se interessar pelo rumo e distância em que, do Sítio dos Curtumes, caminhariam as tropas, Carlos Magno registrou que "As informações sobre a organização da tropa podem chegar a outros níveis de detalhamento. Na carta que Gomes Freire escreveu a Antônio João de Oliveira, em 1 de junho de 1746, informava, que havia mandado

---

36 APM SC 50, fl. 43 a 44 de 1º de Julho de 1746.

"três oficiais de guerra as freguesias dos Carijós, Congonhas, Ouro Branco e Prados para que delas tirassem e puzessem em marcha duzentos homens armados, e ao capitão mor da Vila de São João del Rey ordenei tirasse daquela vila e suas vizinhanças sessenta homens armados que acompanhassem outros sessenta que o capitão Vicente da Costa Chaves tem incumbência de aprontar e que todos estes destacamentos estivessem o dia nove de julho no Sitio dos Cortumes adiante da ponte alta"; *como se vê, finalmente Carlos Magno registrou o local de aquartelamento das tropas, mas não informou que essa região se localizava "a sudeste do atual município de Entre Rios de Minas e noroeste do município de Casa Grande, destacando-se os topônimos córrego do Curtume, serra do Camapuã, Cafundó e serra da Caxeta, registrados no ... mapa IBGE-1979*[37]*"* (onde o referido capitão Vicente da Costa deveria entregar todas as munições de guerra e boca" requisitadas[13]".

Como se vê , o arqueólogo ruim de geografia não teve o menor interesse de saber onde ficava esse "Sitio dos Cortumes adiante da ponte alta", *onde seriam acantonadas as tropas e de onde partiriam para a Guerra quilombola de 1746. Sua preocupação foi esconder as indicações de que esse quilombo atacado em 1746 NÃO ficava no sítio da atual cidade de Ibiá. Por isso, fugiu novamente da geografia e intrujou aqui apenas a sociologia, ou seja, o tipo de homens que comporiam as tropas .*

"Uma das categorias sociais sempre lembrada para a composição das tropas repressoras era a dos vadios[14], o que se percebe na carta que o governador Gomes Freire de Andrade enviou, em 27 de junho de 1746, ao capitão-mor da Vila de São Joao del Rey, Manoel da Costa Gouvea,

"logo que 'Vmce receber esta passará aos sítios do Brumado e Santa Rita e neles e suas vizinhanças formará

Estudos Ibero-Americanos, XVI (1,2) – 1990 - pag. 168 da Revista

Vmce um troço de sessenta homens capazes e dos mais desocupados em que podem entrar alguns capitães-do mato[...) (e) que no dia oito do mês de julho próximo futuro se achem indefectivelmente no Sítio dos Cortumes adiante da Ponte Alta[15]".

Novamente, o doutor arqueólogo Carlos Magno não se interessou em pesquisar sobre onde ficava esse "Sítio dos Cortumes adiante da Ponte Alta", *informação geográfica de grande importância para se determinar onde ficaria o Quilombo do Ambrósio que*

---

37 Vide "Quilombo do Campo Grande: A História de Minas que se devolve ao povo", pp. 495 -498.

se pretendia atacar em 1746, mesmo porque, o conto chinfrim de Carmo Gama nunca disse que o quilombo de sua falsa lenda tivesse sido atacado nesse ano. Ao contrário, Magno se preocupou em pinçar a informação que documentou os custos da futura expedição ao citado quilombo.

*Agora, se atém às despesas e custos das operações: "*O terceiro tipo da informação que pode ser obtido nos documentos diz respeito As despesas feitas com a organização, manutenção e pagamento das tropas que deveriam destruir os quilombos. O bando de Gomes Freire, de 1º de julho de 1746, determinava que

"a preza que se fizer de negros, negras e crias as faça conduzir com cuidado a esta vila à presença do Dr. Ouvidor Geral para se haverem de entregar os negros e negras que não forem cabeças a seus senhores pagando deles para se repartir pelo corpo que vai a esta expedição a importância de 32 oitavas por tomadia de cada um, e pelas crias que se acharem a 16 oitavas[16]". *O total de 32 oitavas de tomadia (20 pagas pelo dono do escravo +12 pagas pela Câmara de São João del-Rei) só foi pago enquanto durou o sistema tributário da Capitação, isto para remunerar os capitães do mato também pelos brancos pobres e pretos livres inadimplentes fugidos da Capitação, sem senhores que por eles pagassem por suas capturas[38].*

*Apenas quanto às despesas de custeio das tropas, Magno registrou que "*Não só os senhores arcavam com as despesas da repressão. A carta de Gomes Freire a El Rei, de 8 de agosto de 1746, a qual já nos referimos anteriormente, é bastante elucidativa a respeito:

"também nos pareceu que das rendas das Câmaras devia suprir as despesas desta expedição, mas (conhecendo o risco e o quanto se aumentava) concorreram com 2750 oitavas de ouro em que foi orçada a despesa precisa: dos armazéns mandei aprontar algumas armas, pólvora, bala e granadas e antes de sair da capitania das Minas pus em marcha a dita tropa, com o regulamento que entendi próprio para a sua conservação e bom efeito da expedição[17]".

Como se vê, ao transcrever a informação de que a tropa fora posta em marcha, Carlos Magno omitiu a distância que teria de caminhar para atacar o Quilombo, constante do mesmo documento acima citado, informações que jamais seriam desprezadas por um analista de boa-fé.

---

38 "Quilombo do Campo Grande: A História de Minas que se devolve ao povo", pp. 800-801.

Ora, saindo do Sítio dos Curtumes, adiante da Ponte Alta, onde fora acantonada, o Governador Gomes Freire de Andrade informou que "*se fazia preciso que a tropa marchasse mais de cinquenta léguas até o fim de setembro*"[39], ou seja, a tropa teria de caminhar "*um total de 330 quilômetros, sendo a légua de então 6,6 quilômetros*", para atacar o Quilombo do Ambrósio no ano de 1746.

Realmente: "*Considerando a medida de 6.600 metros da légua de sesmaria utilizada na época, uma caminhada a pé obtida no Google Maps, totalizaria mais de 400 quilômetros a distância entre o atual município de Casa Grande e o de Ibiá, ou sejam, mais de 60,60 léguas só de ida, totalizando um giro de, no mínimo, 120 léguas. Caso as tropas tivessem ido atacar o Ambrósio de Ibiá, Gomes Freire não incorreria nesse enorme subdimensionamento de informar, ainda mais ao rei, de que se fazia preciso que a tropa marchasse somente "mais de 50 léguas" nesse giro. Portanto, é evidente que a guerra de 1746 não ocorreu no cenário de Ibiá*[40]*. Mas, e de Casa Grande a Cristais daria essa distância de 51 léguas? Passando por Formiga, sim! (...) O cálculo aproximado do giro é o seguinte: indo a pé de Casa Grande a Formiga a distância dada pelo Google Maps é de 215 quilômetros. A distância entre Formiga e cristais é de mais 68 quilômetros, totalizando 283 quilômetros, ou 42,87 léguas que, somadas a uma volta a São João del-Rei de mais 15,60 léguas, totalizaria 58,47 léguas da época.*

Portanto, o Campo Grande atacado em 1746 foi o da região de Arcos, Formiga, Cristais, Guapé, Aguanil etc[41]". Há mais de uma dezenas de outras comprovações de que o Ambrósio atacado em 1746 foi a Primeira Povoação do Ambrósio[42], na região de Formiga e Cristais[43]. Evidente, pois, que o Quilombo do Ambrósio de Ibiá ainda não existia, pois teria surgido naquela região depois do ano de 1748 ou 1750 e somente seria atacado no dia 1º de setembro do ano de 1759, quando foi encontrado evacuado e, depois, incendiado em 8 de setembro desse mesmo ano, fatos totalmente documentados por fontes primárias e cartográficas[44].

---

39 Vide APM SC 45, fls. 64v a 65, de 08.08.1746.

40 O estudo à Expedição-1769 de Pamplona prova cabalmente as distâncias apontadas.

41 Vide "Quilombo do Campo Grande: A História de Minas Roubada do Povo", pp. 507-508.

42 Vide "Quilombo do Campo Grande: A História de Minas Roubada do Povo", pp. 495-515.

43 Vide https://www.mgquilombo.com.br/artigos/bens-quilombolas-materias-e-imateriais/primeiro-quilombo-do-ambrosio/

44 Vide https://www.mgquilombo.com.br/imagens-quilombolas/o-ambrosio-1759-do-capitao-antonio-francisco-franca-1760/

Evidente que o doutor Carlos Magno Guimarães omitiu propositadamente todas essas informações documentadas. Fingiu se preocupar, como se fosse um economista - administrador, apenas com os custos da expedição, sua forma de arrecadação e repasse às Câmaras.

"Tanto as Câmaras como os armazéns reais arcavam com parte das despesas exigidas para a montagem de uma expedição contra quilombos.

Finalmente, à população cabia o restante do ônus, através da imposição de fintas, da maneira como previa a Real Ordem de 6 de março de 1741[18]. Esta ordem concedia aos ouvidores o poder de

O quilombo do Ambrósio - pag. 169 da Revista

"repartir até trezentas oitavas de ouro por todos os moradores, sem que ninguém se escuze, as quais se repartirão só por aquela parte da comarca que se achar infestada e todos os mais que se acharem naquele circuito distância de doze léguas[19]". *Carlos Magno omitiu que todo esse sistema de repasse de custos às Câmaras decorreu do conjunto de leis e bandos, inclusive a famosa Lei da Marca em "F", que foram previamente conseguidos por Martinho de Mendonça e Gomes Freire de Andrade para garantir a repressão contra os que se opusessem à opressão do sistema tributário da Capitação*[45].

Assim, Carlos Magno continua a fugir da geografia, da cronologia e da lógica, claro, em benefício de seu sofisma pueril e, agora, totalmente desmascarado:

"Um quarto tipo de dados que os documentos podem fornecer diz respeito ao número de quilombolas existentes no quilombo, quantos morreram no ataque, quantos foram aprisionados, etc,

Carlos Magno, como se viu e se vê, vai citando documentos na ordem e na medida do interesse de sua arqueologia patrocinada, tentando inculcar de forma inculta e grotesca que o Ambrósio atacado em 1746 ficava na região da atual Ibiá.

Mais uma vez cita correspondência de Gomes Freire; esta, bem anterior: "O governador das Minas Gerais, em 6 de abril de 1745,

---

45 In "Quilombo do Campo Grande: A História de Minas que se devolve ao povo", pp. 380-398.

escrevia a D. Luís Mascarenhas, em São Paulo, que, naquele momento, se encontrava

"infestado o caminho de São João a Goiás com um quilombo, segundo dizem, de mais de seiscentos negros armados, estou dispondo *(o correto é disposto)* dar-lhe o devido castigo, espero em Deus seremos bem sucedidos[20]".

*Parece, aqui, que o Carlos Magno fingiu não se aperceber de que a indicação "*o caminho de São João a Goiás*", dada por Gomes Freire ao Governador da Capitania de São Paulo e Comarca de Goiás, à qual então pertencia o seu Triângulo, elimina totalmente a possibilidade de tal quilombo ficar no Triângulo, então Goiano, que já era Goiás. Ou será que o doutor arqueólogo, Carlos Magno Guimarães, assim como Carmo Gama, autor do conto chinfrim, entendeu mesmo que o Triângulo, em 1746 ou em 1759, já pertencia às Minas Gerais? Parece que sim!*

*Pulando agora, para mais de um ano depois, diz Carlos Magno que "*No ano seguinte, Gomes Freire de Andrade, ao escrever para as Câmaras de Vila Rica, Mariana, São João del Rei, São Jose del Rei, Sabará e Vila Nova da Rainha, em 14 de junho de 1746, reafirmava o dado sobre o quilombo, onde, segundo ele,

"estão *(o correto é "*e tão"*)* barbaramente por mais de 600 negros que consta estarem com Rei e Rainha em quilombo, a quem rendem obediência e com fortaleza, cautela e petrechos tais que se entende, pretendem defender-se e conservar-se[21]".

Também na citação acima, Carlos Magno, novamente, omite o preâmbulo desse documento dizendo que os negros aquilombados causavam danos "na Comarca de São João del-Rei e parte desta (de Vila Rica)*, os negros aquilombados no grande Campo e serras que há entre esta capitania e a Comarca de Goiases*[46]*", deixando claro a sua sofismática má-fé, querendo esconder que esse Quilombo do Ambrósio da guerra de 1746 ficava "na Comarca de São João del-Rei e parte desta", ou seja, dentro das Minas Gerais e não da então Comarca paulista de Goiás.*

---

46 *As fronteiras do Rio das Mortes, só em 1744 chegaram até o Tamanduá. Dali para frente, tudo ficava "entre esta Capitania e a Comarca de Goiases" - Verbete nº. 3584 do IMAR/MG, Cx. 44, Doc. 100, do AHU.*

Finalizando essa epígrafe, "documentos", novamente o arqueólogo despreza a geografia e abraça a falsa sociologia do conto chinfrim e racista de Joaquim do Carmo Gama. Realmente, desprezando as informações contidas no Mapa de Todo o Campo Grande, desprezando os informes contidos nas listas dos escravos capitados, e outros documentos, que indicam uma maioria de pretos brasileiros, cujos costumes nos quilombos nada tinham de diferentes dos mesmos costumes que tinham nas vilas e nas lavras mineiras, afora o grande número de brancos pobres e pretos livres inadimplentes da capitação que então se refugiaram nesses quilombos; desprezando a lógica e o bom senso, para justificar a sua arqueologia de encomenda, Magno encerra essa epígrafe com as últimas asneiras abaixo descritas:

"Este último documento citado levanta, além da provável população do quilombo, dois outros tipos de dados da maior importância:
- uma possível organização política, a nível interno do quilombo, que poderia atestar algum costume de origem africana;
- as técnicas de defesa adotadas pelos quilombolas como a construção de fortalezas ou a utilização de algum tipo de arma.

A natureza dos dados referidos permite, mesmo que de forma limitada, captar uma parte da potencialidade das informações contidas nos documentos pesquisados".

Estudos ibero-americanos, XVI (1,2) – 1990 - pag. 170 da Revista

IV - A arquelogia (sic)

Como se vê acima, mais "sociólogo" e "economista" do que arqueólogo, Carlos Magno (ou o redator da Revista) errou até a correta digitação da ciência em que a UFMG o fez doutor.

"A pesquisa arqueológica encontra-se em fase inicial, mas os resultados já se apresentam consistentes e promissores.

O sítio arqueológico é constituído por uma área de 1,5 hectares, delimitada em sua maior parte por um fosso em formato de ferradura, com as extremidades voltadas para o norte, terminando nas proximidades de uma

mata, dentro da qual corre um filete de água". *A cartografia da região e o livro de Registro de Terras de Araxá, entre outros documentos, provam que a pequena Ferradura de Pamplona seria menos de um décimo de todo esse Sítio Quilombola de Ibiá*[47] *queimado em 8 de setembro do ano de 1759*[48].

Compondo o conjunto do sítio, destacam-se o Córrego do Ambrósio, que corre à algumas centenas de metros do fosso e desemboca posterior mente no Córrego do Quilombo e o Morro do Espia, ponto mais alto da região, num raio de vários quilômetros. A tradição oral local confirma a ligação entre os nomes destes acidentes geográficos e a existência do quilombo". *Estivemos cerca de uma dezena de vezes em todo a região a partir do ano de 1992*[49], *quando entrevistamos dezenas de pessoas e constatamos que ninguém sabia nada sobre o Quilombo do Ambrósio; aliás, vários moradores do próprio Alto do Quilombo nos disseram não saber a razão desse nome em seu povoado. Portanto, não sei onde Carlos Magno arrumou essa "sua" tradição oral de então em Ibiá.*

Baseando-se nas indicações do mentiroso Inácio Correia Pamplona contidas no relatório de sua improvável expedição de 1769[50], *Carlos Magno descreve que* "A região é montanhosa, com locais visíveis à distância e outros que so podem ser vistas quando se está muito próximo. O quilombo do Ambrósio aproveita-se destas especificidades do relevo, estando localizado na parte mais baixa de uma depressão, próximo a um curso de água perene e ao Morro do Espia". *Observe-se que na referência* "quilombo do Ambrósio" *feita acima por Carlos Magno, ele deixa subentendida no contexto a sua mentira de que este sítio seria aquele atacado no ano de 1746. Quanto ao relevo do lugar, ao contrário do que Magno escreveu acima, a geografia*

---

47 Vide https://www.mgquilombo.com.br/artigos/bens-quilombolas-materias-e-imateriais/quilombo-do-ambrosio-1759-campos-altos-e-ibia-mg/

48 https://www.mgquilombo.com.br/imagens-quilombolas/o-ambrosio-1759-do-capitao-antonio-francisco-franca-1760/

49 Vide https://www.mgquilombo.com.br/imagens-quilombolas/quipaca-ou-paiol-do-quilombo-do-ambrosio-ibiamg/

50 Vide https://www.mgquilombo.com.br/artigos/pesquisas-escolares/inacio-correia-pamplona/

do local[51] *contesta as indicações de Inácio Correia Pamplona que, por sua vez, são conflitantes em si mesmas*[52].

"Precedendo a escavação sistemática, foram realizadas sondagens em diferentes locais para detectar as potencialidades do sítio. Destas sondagens, as que apresentaram resultados mais expressivos foram aquelas realizadas no "interior da ferradura". Tiveram como indicadores a ocorrência de blocos de barro vermelho na superfície, evidenciando ter sido este o local ocupado pelas construções dos quilombolas". *Será que algum desses blocos trazia a inscrição "aqui foi um quilombo"? Não. Parece que a fidedignidade da informação de que se trataram de legítimas* "construções dos quilombolas" *adveio somente do fato de que Carlos Magno Guimarães trazia ao pescoço o seu crachá de doutor arqueólogo quando as examinou "cientificamente".*

"Os vestígios obtidos a partir da escavação podem ser agrupados em vários tipos: blocos de barro, madeira carbonizada, restos de pisos de construções, fragmentos de cerâmica e restos alimentares". *Magno não explica porque considerou que tais materiais de advieram do Quilombo do Ambrósio ali existente e precisamente no ano de 1746.*

Em sequência, apenas descreve que "Os blocos de barro são provenientes de destruição das paredes das construções que eram de pau-a-pique. Estes blocos possibilitam informações sobre as condições históricas dos homens que os produziram, constituindo, também, uma importante fonte de dados no que diz respeito à arquitetura quilombola". *Como pôde afirmar que tais indícios indicam uma* "arquitetura quilombola"? *Será que de 1746 ou 1759 em diante, até o ano de 1990, ninguém mais morou dentro da Ferradura de Inácio Correia Pamplona? Como explicar o fundo de garrafa de 1875 que ele, mais tarde, informaria ter encontrado nesse mesmo local*[53]?.

---

51 Vide pg. 37/42 de https://www.mgquilombo.com.br/download/desvendando-as-mentiras-de-inacio-correia-pamplona.pdf

52 Vide https://www.mgquilombo.com.br/imagens-quilombolas/ilustracoes-da-viagem-de-pamplona-1769/

53 Nota número 3 da fl. 152 do PROCESSO IPHAN 1428-T-98 - MG - REMANESCENTES DO ANTIGO QUILOMBO DO AMBRÓSIO, NO MUNICIPIO DE IBIÁ-MG

Prosseguindo, Carlos Magno informa que tais blocos "São de tamanho e formas diversas, apresentando cor avermelhada, que coincide com a cor do sedimento existente abaixo da superfície atual do solo, elemento básico da massa utilizada nas construções". *E daí? Seria de se questionar ao grande doutor arqueólogo, pois tais vestígios poderia ser encontrados em qualquer lugar não-quilombola.*

Contraditoriamente, ele assevera que "Estas informações são precisas e extremamente raras. Em 160 quilombos detectados na documentação pesquisada nas Minas Gerais do

O quilombo do Ambrósio – 1990 - pag. 171 da Revista

século XVII[22] *(o correto é* "Século XVIII"*)*, não há informação sobre o tipo de construção adotada[23]". *Ora, sendo assim, como foi que ele concluiu, acima, tratar-se dos vestígios de uma* "arquitetura quilombola"? *Complementando, Magno inteira que* "Os documentos geralmente se referem as construções de "ranchos", o que não permite avançar na reconstituição deste importante aspecto da realidade quilombola". *Por que* "realidade quilombola"? *Será que esses pretos, quando construíam suas casas e casas de seus senhores nas vilas oficiais, construíam de um modo, mas, ao fugir para os quilombos esqueciam tudo e usavam outras técnicas?*

Continuando o seu embuste arqueológico, Carlos Magno registrou que "É possível reconstituir a "malha" e a estrutura média do engradamento de madeira que sustentava as paredes das construções, através dos negativos de madeira encontrados em expressiva quantidade nos blocos. Estes dados são obtidos através dos diâmetros, distancias e posições das peças de madeira no engradamento, que era formado por uma sequência de madeiras verticais paralelas fincadas no chão, ladeadas por duas sequências horizontais paralelas de madeiras mais finas. A ação entre os dois tipos de madeiras se fazia com amarras de embira ou cipó.

Foram encontradas marcas de dedos nos blocos, constatando a não utilização de instrumentos para o manejo do barro no processo da construção. O desenvolvimento da análise dos negativos de madeira nos blocos e barro possibilitara a identificação de espécies vegetais utilizadas na construção do engradamento, permitindo obter dados referentes ao ambiente ecológico contemporâneo do quilombo". *O que teria isso a ver com uma*

"arquitetura quilombola"? *Só o crachá de doutor de Magno garantiria a fidedignidade de tal informação?*

Em sequência, Carlos Magno assevera que "É importante ressaltar que a técnica de construção de pau-a-pique não exige sofisticação instrumental ou de matéria prima, Além disso, a parede exige uma cobertura leve, não sendo muito adequada para portar telhas. Este dado pode ser confirmado no quilombo do Ambrósio, uma vez que não foram detectados vestígios de telhas, mas indícios de que esta cobertura era feita com folhas de palmeiras[24]". *Quilombo do Ambrósio, sim! Aquele atacado no ano de 1746, sim! Tudo isso estaria legitimado, não por essas descrições pseudo científicas, mas pelo seu crachá de historiador e arqueólogo?*

Afirma ainda que "A arquitetura de pau-a-pique com cobertura vegetal teve grande importância na sociedade escravista mineira nos séculos XVIII e XIX. Geralmente, as habitações de escravos, forros e da população miserável[25]"eram "ranchos cobertos de capim"[26]. É provável que tais ranchos fossem de pau-a-pique. A aparência das construções do quilombo não deve ter sido diferente das que ainda hoje se constroem no meio rural". *Ora, apesar das falsidades do relatório de Pamplona, seus tapejaras desenharam bons croquis das casas desses quilombos, inclusive do "seu" Ambrósio[54]; também as testemunhas presenciais da Guerra de 1759 no processo de Justificação impetrado pelo neto de Bartolomeu Bueno do Prado, afirmaram que os quilombos tinha casas barreadas e de beira alta, que eram vilas comuns, dando como exemplo o Quilombo do Bambuí que, depois da tomada, se transformou na própria Vila do Bambuí[55].*

Prosseguindo, Carlos Magno afirma, "cientificamente", que "Pelo cruzamento de dados obtidos através dos negativos de madeira, marcas de dedos, aparência e textura da superfície é possível detectar que, às vezes, partes do engradamento ficavam a mostra. A exposição destas partes

---

54 *Vide https://www.mgquilombo.com.br/imagens-quilombolas/ilustracoes-da-viagem-de-pamplona-1769/*

55 *Vide pp. 11-12 e 16-18 do artigo https://www.mgquilombo.com.br/wp-content/uploads/1999/11/neto_de_bartolomeu_bueno_do_prado_massacrecamp.pdf*

acontecia ou porque algumas madeiras apresentavam uma curvatura que as projetava para fora da superfície regular da

Estudos Ibero-Americanos, XVI(1, 2) - 1990 - pag. 172 da Revista

parede, ou porque o quilombola, durante a construção, cometia algum desvio no alinhamento". *Por que teria sido um quilombola? Como descobriu? Fez uma investigação dactiloscópica? Não informou. Mas continuou registrando que* "De qualquer maneira, cobrir todo o engradamento não parece ter sido preocupação dos construtores.

No que se refere à espessura e textura das paredes observa-se que, em blocos onde as marcas de dedos parecem indicar suas superfícies originais, a espessura variou de 8,5 a 13,0cm. Já a textura apresenta-se extremamente áspera, não tendo sido detectada preocupação com alisamento ou revestimento que pudesse suavizar as irregularidades.

Outro importante vestígio é a ocorrência de um piso de barro alisado, em algumas sondagens, embaixo dos blocos desabados, permitindo inferir um padrão arquitetural que associava paredes ásperas e irregulares a um piso constituído por uma superfície de tratamento mais elaborado.

Relativamente a este, destaca-se a sua composição. A massa apresenta maior homogeneidade, não sendo encontrados pedregulhos como na massa das paredes. O processo de alisamento do piso produziu uma superfície lisa e brilhante. Apesar de não ter sido identificada a técnica deste alisamento, não se descarta a utilização de seixos rolados[27], ou mesmo de mãos e pés, que na massa podem produzir o mesmo tipo de sulcos". *Não disse, porém, qual a importância arqueológica de tais afirmações para se provar que ali, na Ferradura de Pamplona, existiu um quilombo e que este fora destruído no ano de 1746.*

Prosseguindo, Carlos Magno registrou que "A camada do piso apresenta uma espessura que vai de 2,5 a 3,5cm e uma cor que varia de marrom escuro ao avermelhado. A variação da cor pode ser devida tanto à divisão espacial do trabalho quanto a uma maior incidência de cinzas e carvões que se decompuseram sobre o piso, a partir do incêndio que destruiu o quilombo". *Onde foi que esse historiador e arqueólogo encontrou essa informação de que em 1746 esse quilombo do Ambrósio foi destruído por um incêndio? Foi na carta que Gomes Freire escreveu para o capitão Oliveira em 1° de junho de 1746, onde*

lhe assegurou que se os negros "se defenderem, estou certo, se lhes farão fogo de mosquetaria e granadas[56]*". Como se vê, atirar de mosquetes e lançar granadas, para Magno, é o mesmo que incendiar, botar fogo! O segundo Ambrósio, o de Ibiá, foi realmente incendiado (roças e casas), mas em 8 de setembro de 1759.*

Porém, em seu embuste arqueológico de encomenda, Carlos Magno precisa desse "incêndio" no seu quilombo de 1746: "Outro tipo de vestígio obtido são os fragmentos de madeira carbonizada (carvões) depositados sobre o piso das construções; preenchendo seu espaço original dentro dos blocos de barro; ou ainda, como pequenos grânulos de carvão misturados ao conjunto dos blocos em toda a Area escavada. Estas formas em que os carvões se apresentam no conjunto arqueológico apontam para a confirmação da destruição do quilombo por um incêndio.

Foram encontrados, também, fragmentos de cerâmica, como cachimbos, com decoração incisa o que pode possibilitar a identificação de traços étnicos da população quilombola através da comparação com traços culturais já registrados, relativos à população escrava. A incidência de cachimbos evidentemente confirma a prática do tabagismo naquela população". *Ora,* "fragmentos de cerâmica, como cachimbos, com decoração incisa" *poderiam ser encontrados em qualquer lugar das Minas que nunca foram um quilombo. Mas para o arqueólogo Carlos Magno, tais resquícios indicam* "traços étnicos da população quilombola"*!*

O quilombo do Ambrósio – 1990 - pag. 173 da Revista

Prosseguindo, Magno registra que: "Outros fragmentos de cerâmica foram encontrados associados a vestígios alimentares como os pedaços de uma vasilha contendo favas de versos tamanhos. Além destas favas foram encontradas sementes ainda não identificadas e parte de uma espiga de milho. Progredir nas informações relativas à identificação das sementes possibilitará detectar hábitos alimentares dos quilombolas além de práticas agrícolas". *Para Magno, os hábitos alimentares dos pretos mineiros nas vilas e lavras oficiais eram diferentes daqueles que praticavam quando fugiam para os quilombos.*

---

56 APM-SC 84, fls. 109-v. de 01.06.1746.

Assim, encerra o seu embuste arqueológico: "atingidos nesta etapa inicial da pesquisa arqueológica Indicam as potencialidades do sítio, e podem ser ampliados caso surjam vestígios tais como: fragmentos de metal, vidro, porcelana, etc. Tais resultados apontam para o resgate de inúmeras possibilidades de informações, como:

- o tamanho das construções (formato, dimensões) e a divisão espacial do trabalho no interior de cada uma delas;
- a distribuição das construções no "interior da ferradura", bem como a divisão espacial do trabalho, considerando a totalidade da Area;
- a identificação dos elementos da flora utilizados pelos quilombolas como alimentos, o estabelecimento dos ciclos de vida, das potencialidades alimentares, etc. Isto contribuirá para a reconstituição não só do ambiente ecológico relativo à época do quilombo, mas também do processo de interação homem-natureza;
- a reconstituição histórica da dinâmica interna do quilombo e as dimensões da população que ali viveu.

Tudo isto vem reafirmar a importância da continuidade do projeto, que em seu gênero parece ser o único em andamento no Brasil". *Toda essa embusteirice seria utilizada por outros embusteiros, aspones do IPHAN, para tombar a Ferradura de Pamplona, como se fosse a Primeira Povoação do Ambrósio atacada no ano de 1746. Pior, como se o rei Ambrósio tivesse sido morto nesse mesmo ano.*

Danos causados à História do Quilombo do Ambrósio

Graduado em História (1974), com especialização em Arqueologia e mestrado em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (1983), Carlos Magno publicou em 1988 o seu livro de 171 páginas, das quais, mais de 70 são apenas relações de documentos e nomes de capitães do mato. Seu título "A Negação da Ordem Escravista" é contraditório, pois sua preocupação em divulgar nomes de capitães do mato, ao contrário, não nega, mas confirma a ordem escravista.

Segundo consta, logo depois disso já recebeu os patrocínios já citados e começou a "trabalhar" na Ferradura de

Pamplona, resultando, primeiramente, nesse amontoado de asneiras publicadas em dezembro de 1990 pela revista "Estudos Ibero-americanos" do Instituto de filosofia e ciências humanas da Pontifícia Universidade Católica - PUC do Rio Grande do Sul. Vergonha que a PUC/RS insiste em manter viva[57].

Em dezembro de 1997, em razão do interesse turístico-comercial da cidade de Araxá, políticos da região, com base nos embustes arqueológicos de Carlos Magno, pleitearam que IPHAN instaurasse um processo de tombamento dos remanescentes (?!) do Quilombo do Ambrósio de Ibiá, o que foi feito através do Processo Administrativo IPHAN nº 1428-T-98. Esse processo deu continuidade à sucessão de erros e bobagens de Carlos Magno Guimarães, primeiro por achar que a Ferradura de Pamplona ficava na cidade de Campos altos[58], erro que só foi corrigido através de nova autuação em 7 de agosto de 1998[59]. Muitos outros erros pueris, inclusive de natureza administrativo-processual, estercaram esse amontoado de asneiras[60] que culminaria com o tombamento da Ferradura de Inácio Correia Pamplona, como remanescente[61] de quilombos, em 15 de janeiro de 2002, pela Portaria nº 11 do também inculto Ministro da Cultura Francisco Welffort, obrigando a que o Arquivo Público Mineiro "tombasse" também a documentação quilombola da Guerra de 1746[62].

Assim, o Quilombo do Ambrósio[63], destacando-se a Guerra de 1746, quando se situava na região de Formiga e Cristais[64] e derrotou as tropas de Gomes Freire de Andrade, e a Guerra de 1759, quando o Rei Ambrósio pereceu em combate no Quilombo

---

57 Vide https://revistaseletronicas.pucrs.br/iberoamericana/article/view/36325/19082 (visitado em 19.05.2025).

58 Vide https://www.mgquilombo.com.br/wp-content/uploads/iphan_570fa2a61963d.jpg

59 Vide fls. 21-22 do processo IPHAN nº 1428-T-98.

60 Vide https://www.mgquilombo.com.br/wp-content/uploads/2011/11/c_glosas_sobre_o_processo0.pdf

61 O correto é reminiscência, pois não se trata de reconhecimento de uma comunidade quilombola, inexistente na Ferradura.

62 Vide fls. 270-276 do processo IPHAN nº 1428-T-98.

63 Vide https://www.mgquilombo.com.br/artigos/bens-quilombolas-materias-e-imateriais/quilombo-do-ambrosio/

64 Vide https://www.mgquilombo.com.br/wp-content/uploads/2016/05/quilombo_do_ambrosio_1746.pdf

da Pernaíba em 7 de setembro[65] e o Segundo Quilombo do Ambrósio, o de Ibiá, foi encontrado evacuado e incendiado em 8 de setembro de 1759[66], capital que fora da Confederação Quilombola do Campo Grande, composta de 27 outros quilombos[67], três vezes maior que Palmares, foi transformado em um mísero quilombinho que, "destruído em 1746, em Ibiá, morto o rei Ambrósio", acabou tudo.

A História, o principal de todos os bens culturais de um País que, sem ela, inexistiriam, como se vê, neste caso, a História do Negro em Minas Gerais, sofreu um gravíssimo dano, pois foi suprimida pela estupidez e pela vaidade de Carlos Magno Guimarães e de outros aspones do IPHAN e, é claro, pondo em dúvida as universidades que os graduaram, doutoraram e publicaram suas porcarias históricas e arqueológicas.

Temos combatido esse crime contra a História do Negro em Minas Gerais desde o ano de 1998, como está documentado no nosso site cultural, MG QUILOMBO, O Quilombo Minas Gerais, através de numerosos artigos ali publicados[68]. Em 2 de julho de 2013, chamados pelo IPHAN, estivemos juntamente com o então prefeito de Cristais-MG, em sua sede em Brasília, onde seus agentes reconheceram seus erros e prometeram refazer o tombamento correto, como reminiscência e não remanescente de quilombo e com a documentação de 1759[69]. No entanto, depois disso, até a presente data nada fizeram, mantendo todos os erros de seu tombamento, mesmo tendo as cidades de Formiga-MG e Cristais-MG, através de seus poderes Legislativo e Executivo, tombado os locais do Palanque[70] e da Primeira

---

65 https://www.mgquilombo.com.br/artigos/bens-quilombolas-materias-e-imateriais/dia-da-dignidade-negra-mineira/

66 Vide https://www.mgquilombo.com.br/imagens-quilombolas/o-ambrosio-1759-do-capitao-antonio-francisco-franca-1760/

67 Vide https://www.mgquilombo.com.br/artigos/bens-quilombolas-materias-e-imateriais/resumo-e-localizacoes/

68 Vide https://www.mgquilombo.com.br/?s=IPHAN

69 Vide https://www.mgquilombo.com.br/artigos/bens-quilombolas-materias-e-imateriais/quilombo-do-ambrosio-o-iphan-aceitou-conversar/

70 Vide https://www.mgquilombo.com.br/artigos/bens-quilombolas-materias-e-imateriais/morro-das-balas-formiga-mg/

O quilombo do Ambrósio
Lenda, Documentos e Arqueologia
Os erros de Carlos Magno Guimarães

Povoação do Ambrósio[71], que derrotaram as tropas de Gomes Freire de Andrade no ano de 1746.

A luta continua.

Tarcísio José Martins - 20.05.2025.

Notas (de Carlos Magno)

1 G1NZBURG, C. O Queijo e os Vermes. p.21.

2 "Quilombolas, lenda mineira inédita". p.838.

3 Idem. p.832, [grifo nosso).

4 Idem, p.834, [grifos nossos).

5 Idem, p.834, [grifos nossos).

6 Estes documentos encontram-se no Arquivo Público Mineiro e serão identificados nas notes de rodapé através da sigla SCAPM - Seção Colonial do Arquivo Público Mineiro seguidos do número do Códice e das páginas.

7 Região onde se localizava o Quilombo do Ambrósio. *(Mas, não o de Ibiá).*

8 SCAPM, Códice 84, p,I09v, a 110v.. [grifos nossos].

9 Idem. Códice 45, p.64v. e 65.

10 Idem. Códice 50, p.43 e v. e 44.

11 Idem. Códice 45, p.64v. e 65. 1

12 Idem, ibidem. (Grilos nossos).

13 SCAPM. Códice 84, p,109v. a 110v. (Ver nota 8).

14 Ver SOUZA, Laura de Mello e. Desclassificados do Ouro.

15 SCAPM,. Códice 84, p.111.

16 Idem. Códice 50, p.43 a 44, [grilos nossos]. Os preços expressos neste documento estão além dos preços normais de tomadia, já que a expedição tinha um caráter especial pala dimensão do perigo a ser enfrentado. O Regimento dos Capitães-do-mato de 1722 que vigorou durante a maior parte do século XVIII estipulava em 20 oitavas de ouro a tomadia por quilombola recapturado.

17 Idem, Códice 45, p.64v. e 65, [grifos nossos).

18 Idem. Códice 50, p.34v., 3.5 e v.

19 Idem, ibidem. (Grifos nossos).

20 SCPAM. Códice 84, p.75 c v., (grifo nosso).

21 Idem. Codice 84, p.108v. e 109, [grifos nossos]

22 Uma parte destes quilombos (127) está listada em publicação que traz resultados parciais da pesquisa documental desenvolvida por este projeto. Ver GUIIVIARM S, C. Magno. "Os Quilombos do Século do Ouro".

---

71 Vide https://www.mgquilombo.com.br/artigos/bens-quilombolas-materias-e-imateriais/memorial-primeiro-quilombo-ambrosio-cristais-mg/

---

23 O único dado levantado sobre construções em quilombos mineiros refere-se a patamares construídos pelos ocupantes do quilombo do Guinda. Estes construções visavam a elevação do piso para fugir humidade. Ver GUIMARABS, C. Magno & LANNA, A.L. Duarte. "Arqueologia de Quilombos em Minas Gerais".

24 É possível que outras espécies vegetais também tenham sido utilizadas para cobertura das construções.

25 Ver, dentre outros, J.E. Viagem no interior do Brasil; FREIREYSS, O.W. Viagem ao Interior do Brasil.

26 Ver GUIMARÃES, C. Magno "Inconfidência, estrutura agrária e escravidão".

27 Utilizados ainda hoje para polimento de cerâmica.

Bibliografia (de Carlos Magno)

FREIREYSS.G.W.Viagem ao interior do Brasil Belo Horizonte, Itatiaia, 1982.
GAMA, Carmo. "Quilombolas: lenda Mineira Inédita". In Revisita do Arquivo Público Mineiro 9(I-II), Belo Horizonte, 1904.
GINZBURG, Carlo. O Queijo e os Vermes. São Paulo, Companhia das Letras, 1988.
GUIMARÃES, C. Magno. "Inconfidência, estrutura agrária e escravidão". In Revista do Departamento de História, 9.. Belo Horizonte, FAFICH/UFMG,1989.
-, "Os Quilombos do Século do Ouro". In Revista do Departamento de História, 9, Belo Horizonte, FAFICH/UFMG, 1988.
GUIMARÃES & LANNA, A.L. Duarte. 'Arqueologia de Quilombos em Minas Gerais" In Pesquisas, Antropologia, nº. 31, São Leopoldo, Instituto Anchietano de Pesquisas, 1980.
POHL, J.E. Viagem no Interior do Brasil* Belo Horizonte, 1976.
SOUZA, Laura de Mello e. Desclassificados do Ouro – Rio de Janeiro, Graal, 1982.